

() Graduação (X) Pós-Graduação

Democracia Deliberativa: A governabilidade na Era da Informação

Rogério Carvalho Andrade

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
rogeriocadr@gmail.com**

Marco Antônio Costa da Silva

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
marco.silva@ufms.br**

Yasmin Gomes Casagranda

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
yasmin.casagranda@ufms.br**

José Carlos de Jesus-Lopes

**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
jose.lopes@ufms.br**

RESUMO

A governabilidade, nos tempos da era da informação, em especial, no Brasil, apresenta novos desafios aos tomadores de decisões das organizações, quer sejam privadas ou públicas, frente à influência crescente do ciberespaço, nos contextos social, político e institucional. Assim, esta pesquisa objetiva analisar, brevemente, a relação entre a governabilidade dos chefes do poder executivo federal e o engajamento social e estatal, à luz dos usos cada vez mais crescente das plataformas digitais, sob a ótica da democracia deliberativa. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza quali-quantitativa, que visa analisar dados estatísticos sobre acesso à *internet*, seus usuários e pesquisas de aprovação, assim como a dinâmica sócio-política entre a vida real e o ciberespaço. Espera-se que, ao final desta pesquisa inicial, seja possível observar uma relação entre o impacto de governabilidade do executivo federal e o engajamento social, nas plataformas digitais, que imbricam com as variáveis de engajamento digital do governante e dos grupos a favor e de oposição, apresentado o grupo que exerceu maior influência nos indicadores de governabilidade. Dados coletados mostraram que a maior parte dos brasileiros possui acesso à *internet* e utiliza as redes como principal fonte de informação, e que o engajamento político digital, tanto de oposição quanto de situação, foi um indicador sócio-político relevante em momentos de mobilização popular vivenciados pelos presidentes da república, desde 2011.

Palavras-chave: Gestão pública, democracia deliberativa; governabilidade; mídias sociais; ciberespaço.

1 INTRODUÇÃO

A partir de 2011, tem-se observado um aumento significativo do uso de plataformas

digitais na interação social. A facilidade de comunicação, acesso à informação e publicização de opiniões pessoais estão gerando novas perspectivas e desafios aos regimes democráticos. Mudanças profundas na sociedade vêm ocorrendo desde a Terceira Revolução Industrial, iniciada no século XX, na Quarta Revolução. Em decorrência, observa-se os efeitos da Era da Informação, ou da Revolução da Informação, no contexto político e na administração pública, sob a qual novas demandas políticas são requisitadas (OTTOBONI, 2021).

Tais avanços parecem ir ao encontro da Teoria da Democracia Deliberativa (CHAMBERS, 2003), que postula que a forma mais legítima de democracia é com a troca de argumentos entre as pessoas interessadas por uma decisão – o que se entende por deliberar. Os deliberacionistas, dessa forma, preocupam-se com o debate que deveria embasar a formação de preferências e com a importância de justificar as decisões adotadas, com base na argumentação (HOROCHOVSKI *et al.*, 2019).

Assim, tanto os movimentos político-sociais quanto o ciberespaço, e principalmente a intersecção de ambos, formam um novo espaço diferenciado, considerado, pelos pesquisadores, privilegiado para a observação performativa do modelo discursivo de democracia, ao promover a democratização em um sentido mais participativo e deliberativo (CANDÓN-MENA, 2021).

Desse modo, a governabilidade, entendida como a capacidade do poder executivo de executar sua agenda, sem maiores dificuldades (PERES e BEZERRA, 2020), ganha uma nova inserção nos ambientes social, político e institucional a serem considerados.

Verifica-se que o debate político contemporâneo encontrou espaço nas redes sociais e em aplicativos de mensagem instantânea, levando os chefes do poder executivo a se atentarem à popularidade nessas plataformas digitais, tanto quanto à sua gestão como na formulação de decisões. No entendimento de Ottoboni (2021), este fato influencia as relações socioeconômicas e reflete na compreensão e no papel do Estado pela sociedade. A década iniciada, em 2011, no Brasil, foi marcada por mobilizações político-sociais que tiveram suas origens nas redes e mídias sociais.

A popularidade *on-line* do chefe de estado hoje é tão importante para sua governabilidade, tal como a boa relação institucional com o Congresso Nacional (SALES SANTOS, 2013). Contudo, tal dependência nas mídias sociais pode gerar um novo problema para o estado democrático, que é o de ao invés de o *peçoal* ter de alçar-se ao político, como a legalização do casamento homoafetivo em diversos países, ocorrer de o político ser reduzido ao pessoal, fato que pode acarretar em desconfiança e descredibilidade das instituições, com potencial de desestabilizar contextos democráticos (MACHADO e MISKOLCI, 2019).

Neste cenário, as opiniões e os comportamentos dos indivíduos estão cada vez mais alinhados com a posição dos partidos políticos com que simpatizam, especialmente nos assuntos sobre os quais seja mais difícil para os indivíduos decidir (GRAMACHO, 2021). A tomada de decisão pelo consenso, imperativo da democracia deliberativa, torna-se assim mais difícil à luz do embate entre as mobilizações sócio-políticas dos grupos da maioria e das minorias sociais, que estão progressivamente mais representativas no campo político.

As mídias sociais e o ciberespaço como um todo, podem trazer efeitos negativos para o debate público ao fragmentar de forma excessiva os conteúdos, sob a lógica da demanda, levando à polarização da opinião pública, em que pessoas de pensamentos afins apenas se comunicam entre si, limitando o debate público e dificultando o papel do gestor de governar para todos (CANDÓN-MENA, 2021).

Por todo o exposto, chega-se a seguinte indagação: como a governabilidade do poder executivo federal é influenciada pelas mobilizações que se iniciam nas redes sociais sob a perspectiva de uma democracia deliberativa? Essa pesquisa, desse modo, objetiva analisar a relação entre governabilidade dos chefes do poder executivo federal e o engajamento social e estatal nas plataformas digitais, a partir de 2011, sob a ótica da democracia deliberativa.

2 APORTE METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa aplicada de natureza quali-quantitativa. É quantitativa, pois visa analisar os dados estatísticos sobre acesso à *internet*, usuários das redes por ano e pesquisas de aprovação. É também qualitativa, pois analisa informações textuais e subjetivas, assim como considera a relação dinâmica entre o mundo objetivo e as subjetividades (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva-explicativa, pois uma pesquisa descritiva se caracteriza por procurar conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas e a pesquisa explicativa se volta em identificar os fatores determinantes ou de contribuição no desencadeamento de fenômenos (ZANELLA, 2013).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois utilizará revisão da literatura científica para levantamentos dos dados (JESUS-LOPES; MACIEL; CASAGRANDA, 2022). Este estudo utilizará as bases de dados *Scopus* e *Google Scholar* com delimitação temporal de 10 anos (2013-2022). As normas da ABNT (2018) foram aqui aplicadas.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

Pesquisa promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil apontou que, em 2020, o Brasil chegou a 152 milhões de usuários e que 81% da população maior de 10 anos de idade tem acesso à *internet* em casa (BRASIL, 2021). Consoante ao cenário, dados de pesquisa realizada pelo Senado Federal, em 2019, mostraram que 83% dos entrevistados reconhecem que os conteúdos das redes sociais influenciam de forma relevante a opinião pública.

Ademais, que 45% dos entrevistados afirmaram ter decidido o voto no período de eleições, considerando informações coletadas em alguma rede social. Diante desses dados, há de se considerar, que as redes sociais já são compreendidas como a principal fonte de informação para a maioria dos brasileiros (BRASIL, 2019). O aplicativo *WhatsApp*, por exemplo, é apontado como uma fonte de comunicação por 79% dos entrevistados, à frente de meios de comunicação tradicionais como televisão (50%) e rádio (22%) (BRASIL, 2019).

Por sua vez, o uso de *hashtags* nas redes sociais para manifestações políticas a favor e contra eventos, ocorridos no Brasil, foi indicado pela literatura como importante indicador do engajamento político digital e do apoio popular. Foi possível observar esse fenômeno, por exemplo, no pronunciamento à nação brasileira, da presidente Dilma Rousseff, em 2013, (#Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma).

Tal fato se repetiu, por conta da discussão pela Reforma Trabalhista (#ReajaOuSuaPrevidênciaAcaba) e na Greve Geral, em 2017, na presidência de Michel Temer (#BrasilEmGreve e #EuVouTrabalhar) e durante o primeiro mandato do presidente Jair Bolsonaro (PAULINO; EMPINOTTI; VENTURA, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As situações brevemente apontadas nas seções anteriores ensejam para as próximas pesquisas, mais aprofundadas, poder observar níveis de relações entre o impacto de governabilidade do executivo federal e o engajamento social, nas plataformas digitais, de forma que se possa relacionar as variáveis do engajamento digital do próprio governante com os das parcelas da população a favor e de oposição ao gestor. Se assim for, será possível comparar os dados quantitativos destes três grupos, espera-se também apontar o grupo que apresentou maior influência nos indicadores de governabilidade.

Ao constatar que o cidadão que utiliza ativamente as plataformas digitais torna-se um ator político importante para a governabilidade, na Era da Informação, assim como as ações coletivas nas redes, podem ser uma ferramenta potencializadora de uma democracia nos moldes deliberativos ao promover maior participação social, discussões e deliberações.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi possível graças ao auxílio dos docentes do curso de Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT NBR 6023** Informação e documentação Referências Elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade de Dados na Internet. **Senado Federal**, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=mais-de-80-dos-brasileiros-acreditam-que-redes-sociais-influenciam-muito-a-opiniao-das-pessoas>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

BRASIL. Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet#:~:text=Pesquisa%20promovida%20pelo%20Comit%C3%AA%20Gestor,anos%20%C3%AAm%20internet%20em%20casa>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

CANDÓN-MENA, J. Democracia deliberativa en los cibermovimientos sociales contemporáneo. **Athenea Digital: revista de pensamiento e investigación social**, ISSN- e 1578-8946, vol. 21, nº 3, 2021.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 307–326, 2003.

COUTINHO, I.; MARINO, C. Ambiente digital como possibilidade para o exercício da contra-hegemonia: Jornalistas Livres, transmissões ao vivo e #GreveGeral. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 4, n. 1, p. 30–52, 2017. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/10010>. Acesso em: 24 maio. 2022.

GRAMACHO, W. Party cues no Brasil? Um teste crucial da capacidade do sistema de partidos brasileiro em influenciar a opinião pública. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 385–411, 2021.

JESUS-LOPES, José Carlos de; MACIEL, Wilson Ravelli Eliseu; CASAGRANDA, Yasmim Gomes. Check-List dos elementos constituintes dos delineamentos das pesquisas científicas. **Revista Desafio Online**, v. 10, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2022.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna (BA): Via Litterarum, 2010.

HOROCHOVSKI, R. R.; CLEMENTE, A. J.; SAMPAIO, R. C.; MENDONÇA, R. F. Democracia deliberativa no Brasil: a expansão de um campo concentrado. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 3, p. 583-604, dez. 2019.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019.

OTTTOBONI, M. F. S. Direito e Estado Sob a Perspectiva da Sociedade da Informação. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 7, n. 1, p. 83-99, p. 2, p. 11, jan/jul. 2021.

PAULINO, R. C. R.; EMPINOTTI, M. L.; VENTURA, M. P. Antagonismo e engajamento revelados nas Mídias Sociais: análise das hashtags #Somos70porcento e #FechadoComBolsonaroAte2016. In: **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo** (SBPJor 2020).

PERES, P.; BEZERRA, G. Presidencialismo, governabilidade e oposições parlamentares: uma análise crítica da literatura comparada. **Caderno CRH**, v. 33, p.e020034, 2020.

SALES SANTOS, J. C. Informação, democracia digital e participação política: uma breve revisão teórico-analítica. **Em Questão**, vol. 19, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2013.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis (SC): Departamento de Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.